

Biópsia em 30 dias

O projeto de lei que garante aos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) com suspeita de câncer o direito a biópsia no prazo máximo de 30 dias, contados a partir do pedido médico, será votado hoje pelo plenário do Senado. A autora do projeto que, se aprovado e efetivado, pode salvar muitas vidas, é a deputada federal catarinense Carmen Zanotto (Cidadania-SC). E complementa a lei de 2012 que já estipula o início do tratamento pelo SUS em no máximo 60 dias a partir do diagnóstico do câncer, também de autoria da parlamentar. “A aprovação deste projeto avança na luta dos milhares de pacientes que aguardam nas filas do SUS para garantir que os exames que confirmem o diagnóstico desta doença terrível sejam realizados o mais rapidamente possível”, afirmou a deputada, que preside a Frente Parlamentar Mista da Saúde no Congresso Nacional e a Subcomissão Permanente da Saúde. A preocupação da deputada catarinense não é à toa. Estimativas do Instituto Nacional de Câncer (INCA) apontam que 300.140 novos casos de câncer foram registrados entre os homens e 282.450 entre as mulheres, somente em 2018. Mesmo ano em que a mortalidade por câncer atingiu 107.470 homens e 90.228 mulheres.

Olho lá, outro cá



É mais ou menos assim que vive o deputado estadual Nilso Berlanda (PR). Ao mesmo tempo em que dá atenção aos assuntos legislativos, não descuida do negócio, o Grupo Berlanda, que pode levá-lo a receber neste ano, pela primeira vez depois de seis indicações, o Prêmio Personalidade de Vendas, da ADVB-SC. A história da empresa começou em 1991, em Curitiba. Hoje, são quase 200 lojas espalhadas nas diferentes regiões de Santa Catarina. Para além do sucesso político e empresarial, o deputado Berlanda foca em um importante projeto social para ressocialização de apenados. O projeto começou em 2009 e, atualmente, três unidades de produção do grupo estão instaladas dentro da Penitenciária Regional de Curitiba, dando oportunidade de recuperação a 400 detentos.

“A inclusão digital, hoje, é tão fundamental quanto a erradicação da pobreza. Não adianta investirmos em educação, em programas de erradicação da pobreza, se não inserirmos esse segmento de cidadãos em um ambiente em que eles possam exercer sua cidadania”

Novo Procurador-Geral de Justiça, do MPSC, Fernando da Silva Comin, em entrevista à **Coluna**

Desburocratização O senador Jorginho Mello (PR) foi eleito o presidente da Comissão Especial para analisar a Medida Provisória do governo federal que quer desburocratizar a abertura de empresas. Com a média de 119 dias para se abrir um negócio, o Brasil ocupa a 179ª colocação entre os países em que mais se leva tempo para abrir uma empresa. Só não estamos abaixo de Guiné-Equatorial, Venezuela, Congo e Suriname!

De volta à ativa O ex-governador Eduardo Moreira voltou no sábado ao estado depois de viagem de dois meses. E hoje já estará na reunião da bancada do MDB. Quer saber como andam as coisas. É muito provável, e até esperado, que a escolha do novo presidente do partido entre na pauta do encontro. Durante a ausência de Moreira, os deputados estaduais lançaram o nome do colega de bancada Fernando Krelling para o posto. Mas ele já anunciou que só vai se houver consenso.

Reforma administrativa A assessoria técnica dos deputados que compõem

as comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Trabalho, Administração e Serviço Público passaram a segunda-feira mergulhadas na proposta de reforma administrativa encaminhada pelo Executivo. Eles precisam elencar todas as dúvidas que deverão ser encaminhadas ao governo para os devidos esclarecimentos. Além de identificar pontos que possam precisar de adequações.

Depois de muita luta, mais de 630 crianças nasceram nos três primeiros meses de atividades da nova maternidade do Hospital Materno Infantil Santa Catarina (HMISC), de Criciúma. Uma média de 210 por mês, sete por dia. É administrada pela organização social Instituto de Desenvolvimento, Ensino e Assistência à Saúde (Ideas) em parceria com o governo do Estado. Nova ala, transformada em referência para partos pelo SUS no Sul do Estado, começou a funcionar em 17 de dezembro após investimento de R\$ 5,4 milhões divididos entre os governos estadual e municipal.

SEJA QUAL FOR A SUA BANDEIRA,
ELA É A MESMA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA